

# Como os marcadores sociais da diferença podem nos ajudar a elucidar o sofrimento psíquico universitário?: uma análise interseccional do sofrimento psíquico na FFLCH-USP

Felipe Paes Piva<sup>1</sup>

**Resumo:** Este paper tem como objetivo geral entender as múltiplas dimensões das questões relacionadas à saúde mental de alunos de graduação e pós-graduação na FFLCH-USP. Procura-se entender o caráter relacional entre o sofrimento psíquico e o suicídio, as condições estruturais de iniquidade e as formas complexas como os marcadores sociais da diferença se apresentam nesta faculdade pública. Visa-se entender como as dimensões individuais, socioestruturais, coletivas e institucionais se relacionam quando procuramos entender como as narrativas de sofrimento são geradas, o que as mantém e quais são as possibilidades de lidar com essa temática dentro da Universidade.

**Palavras-chave:** saúde mental, marcadores sociais da diferença, universidade, neoliberalismo.

## Introdução

Em 2017, a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) registrou ao menos seis tentativas de suicídio (Collucci, 2017). Naquele mesmo ano foram registrados dois suicídios consumados em outras unidades da universidade, na Faculdade de Veterinária e no Instituto de Ciências Biomédicas. Neste último caso, um aluno de doutorado se suicidou no laboratório no qual trabalhava, deixando, numa lousa que havia no local, uma mensagem em que relatava estar cansado de tentar, de ter esperança, de viver. A mensagem terminava com a expressão em inglês "I'm just done" (Moraes, 2017). Em 2018, mais cinco casos de suicídio de alunos foram registrados, dois alunos da FFLCH, um da Escola Politécnica, um da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP Leste e um da Escola de Engenharia de São Carlos. Tais ocorrências levaram à mobilização novamente em torno da discussão sobre saúde mental no meio acadêmico, juntamente com a criação de um Escritório de Saúde Mental (ESM) na universidade. A criação do Escritório representou um marco na história da universidade, já que é a primeira vez que foi desenvolvida institucionalmente uma ferramenta unificada de assistência psicológica. Até então, apenas algumas Faculdades ofereciam assistência por iniciativas próprias. Agora, todos os estudantes de quaisquer campi da USP poderiam ter acesso (Vieira, 2018). Contudo, a grande demanda pelo serviço surpassava suas condições<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. E-mail: [felipe.piva@usp.br](mailto:felipe.piva@usp.br).

<sup>2</sup> Este problema não é exclusivo do ESM, a Clínica-Escola Psicológica Prof<sup>o</sup> Durval Marcondes, gerida pelo Instituto de Psicologia da USP, oferece há mais de 50 anos apoio psicológico gratuito, não só para a comunidade USP como também para a comunidade, o que ocasiona numa grande procura que supera também a oferta. Desse modo, é importante frisar que tal serviço não se configura como uma assistência psicológica voltada especialmente para questões específicas do convívio universitário. Atualmente, o

No primeiro semestre de 2021, cinco estudantes de graduação da FFLCH tiraram suas próprias vidas, apenas três casos foram reconhecidos pela instituição até o momento. Um deles foi o caso emblemático de Ricardo, um aluno negro da Geografia que se jogou do alto da moradia estudantil, onde era morador, em maio do ano passado. Recebia atendimento do ESM desde 2019 (Palhares, 2021), um dos lugares em que ele relatava sofrer racismo pelos colegas de curso e até mesmo por docentes. O estudante chegou a avisar diferentes órgãos e serviços da universidade que iria se suicidar nas escadas do bloco que residia estudantil, mas nenhuma atitude institucional foi tomada para prevenir sua morte, nem mesmo a Guarda Universitária presente durante o ocorrido estava preparada para tomar alguma ação (UneAfro, 2021). A repercussão de sua morte fez com que colegas, amigos e familiares fizessem um cortejo em sua memória, na Praça do Relógio da USP, onde os participantes apontaram negligência por parte da universidade e questionaram a omissão da instituição, com cartazes com dizeres como “A USP adoce e mata” e “A culpa é da USP” (Camargo, 2021).

Acredito que esse processo de publicização do sofrimento psíquico é um desdobramento, nem sempre muito explícito, dos eventos que ocorreram em 2014, quando se iniciou a publicização de casos de agressão sexual, de gênero, racial, LGBTfobia e trote nas faculdades paulistas, gerando a CPI das Violações dos Direitos Humanos nas Faculdades Paulistas. Ali, uma comissão de deputados paulistas realizou uma “devassa” contra formas de desrespeito aos direitos humanos em universidades públicas e privadas de SP - CPI que foi objeto de minha primeira iniciação científica<sup>3</sup> (Piva, 2018; 2019a; 2019b; 2020). Como afirma Almeida (2019), a classificação de um ato como violência varia de acordo com determinadas categorias culturalmente hegemônicas. A repercussão midiática desses casos promoveu a nomeação pública de certas práticas como estupro, abuso e violência sexuais, práticas que, até pouco tempo atrás, não eram necessariamente significadas desta forma (Almeida e Marachini, 2017).

O sofrimento psíquico discente não é uma problemática exclusiva da USP, nem do âmbito universitário nacional, mas global. Há um crescente volume de pesquisas, das mais variadas áreas de conhecimento, que tem voltado sua atenção para a problemática segundo as especificidades de cada contexto local e institucional. Flaming (2021) destaca que muito se sabe sobre o que deu errado no Ensino Superior mundial desde a ascensão do neoliberalismo, porém pouca atenção foi dada para o peso psicológico e emocional que os constantes cortes de verbas e a introdução da tecnocracia e da corporatização

---

Escritório de Saúde Mental foi desativado pela nova Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento. Um novo projeto será apresentado e implementado em breve.

<sup>3</sup> Título do projeto: “As narrativas midiáticas e a construção das categorias de violência sexual: uma análise a partir dos casos das faculdades paulistas” (2017-2018). Orientado pela Dr<sup>a</sup> Carolina Parreiras. Agradeço ao CNPq pelo auxílio oferecido para o desenvolvimento da pesquisa.

tiveram sobre a vida dos docentes e discentes. Para Gill (2009), exaustão, stress, sobrecarga, insônia, ansiedade, vergonha, culpa e sentimentos de deslocamento fazem parte da vida acadêmica hoje. Tais sentimentos, enquanto experiências afetivas corporificadas, ocupam uma posição de sigilo e silêncio. Tendem a ser tratadas dentro de um discurso extremamente individualista, ao invés de características estruturais da universidade contemporânea.

No caso específico desta pesquisa, as narrativas sobre sofrimentos psíquicos de graduandos e pós-graduandos da FFLCH não habitam as estatísticas e só ganharam o espaço do dizível em situações extraordinárias, ainda que elas habitem o ordinário (Parreiras, 2018; Das, 2020). Como defende Maluf (2010), se desejamos apreender como o sofrimento psíquico tem incidido sobre as vivências universitárias, não podemos nos prender apenas aos eventos críticos, é preciso descer ao ordinário, ao nível do cotidiano, para as diferentes formas que esse sofrimento é corporificado e vivenciado. São pelas falas, relatos e narrativas desses estudantes sobre suas experiências de aflição, sofrimento e adoecimento, sobre seus itinerários e estratégias de alívio, que articulam-se com outras dimensões da experiência e da existência social. É preciso tratar dos aspectos afetivos e psicossociais da vida na academia contemporânea, abrir uma exploração dos caminhos pelos quais tais experiências são posicionadas segundo gênero, classe, raça, sexualidade, dentre outros. Assim como, os regimes de iniquidade na academia, das práticas interrelacionadas, processos, ações e significados que resultam e mantêm iniquidades segundo os marcadores sociais, para entender como formas mais complexas de discriminação e iniquidade estão surgindo e sendo mantidas neste ambiente em particular (Gill, 2017). Parte-se do entendimento de que há a junção dos mais diversos fatores sociais, como os marcadores sociais da diferença, que apontam uma maior suscetibilidade de sofrimento psíquico de alguns grupos em detrimento de outros (Piva, 2021a, 2021b, 2022a, 2022b).

Este artigo se baseia nos desenvolvimentos de dois projetos: o primeiro, a iniciação científica “O adoecimento psíquico na graduação: uma análise antropológica do sofrimento psíquico na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP)”<sup>4</sup> que fiz entre 2020 e 2021 sob orientação da Heloisa Buarque de Almeida (Piva, 2021a, 2021b, 2022a, 2022b); e o projeto de mestrado que venho realizando desde 2021. Tal projeto é uma continuação e uma ampliação do anterior ao abarcar a pós-graduação e os efeitos da neoliberalização da academia.

Quanto ao formulário desenvolvido no projeto anterior<sup>5</sup>, ele foi desenvolvido a partir

---

<sup>4</sup>A pesquisa teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo: Processo: 2019/27798-9. Agradeço à FAPESP pelo auxílio oferecido para o desenvolvimento da pesquisa.

<sup>5</sup> Divulgado em fevereiro do ano passado através do canal oficial de comunicação da graduação FFLCH, chegando, assim, a todos alunos de graduação matriculados.

dos objetivos gerais do projeto, sendo eles: entender em que medida as questões relacionadas à saúde mental de alunos de graduação na FFLCH vem se desenvolvendo em conjunção dos marcadores sociais presentes nas narrativas oferecidas pelos alunos; apreender o caráter relacional desses sofrimentos psíquicos que ocorrem no ambiente universitário e as formas complexas como raça, classe, gênero, sexualidade se entrelaçam nessas narrativas; verificar em que medida se dá a disponibilidade dos serviços de apoio oferecidos dentro do ambiente universitário; por fim, compreender como esses sujeitos constroem seu relato de vida relacionando a questão de saúde mental. Nesse sentido, parte do formulário tinha como enfoque as narrativas de sofrimento e seus possíveis vínculos com os marcadores sociais da diferença. Tentei mobilizar as narrativas dos participantes, procurando entender como eles relacionam o adoecimento psíquico com o ambiente universitário e também além dele. Queria captar não só as causalidades feitas pelos participantes, mas também entender como e se eles relacionam o adoecimento psíquico no meio acadêmico partindo de seus próprios marcadores sociais.

Como salienta Strathern (2006), as etnografias são construções analíticas de acadêmicos, entretanto, os interlocutores estudados não o são. É parte do exercício antropológico reconhecer o quanto a criatividade desses interlocutores é maior do que aquilo que pode ser compreendido por qualquer análise singular. Desse modo, o texto desenvolvido tem um caráter experimental, algumas posições são experimentadas, sem pretensão a uma conclusão. Seguindo Haraway (1995), os posicionamentos apresentados são sempre de caráter parcial, construídos e esboçados de maneira imperfeita. Tal proposição inscreve o conhecimento científico numa posição de conexão parcial, já que não há maneira de “estar” simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma das posições privilegiadas estruturadas por gênero, sexualidade, raça, ou classe. É por meio dos relatos dos próprios discentes sobre seus sofrimentos e seus marcadores sociais da diferença, obtidos nos formulários e nas entrevistas, que os objetivos e as temáticas desta pesquisa são explorados e trabalhados.

### **O Sofrimento Psíquico Sob o Olhar Antropológico**

Segundo Le Breton (2013), a dor e o sofrimento não são simplesmente íntimos, são também impregnados pelo social, cultural e relacional, são fruto de uma educação, isto é, não escapam ao vínculo social. A saúde como objeto da antropologia não se constitui pela determinação do que é saúde ou doença, normal ou patológico, mas é por intermédio do que os sujeitos, numa determinada configuração cultural, pensam e vivem com essas classificações psiquiátricas de si (Sarti, 2010). O sofrimento psíquico é um fenômeno complexo, que envolve dimensões e relações de múltipla causalidade.

Segundo Fassin (2012), o sofrimento não é só uma categoria psicológica ou fisiológica, mas também uma construção contemporânea e política, no sentido da sua entrada na esfera pública e ter se tornado um problema político. Representações culturais do sofrimento são apropriadas pela cultura popular e por instituições para propósitos morais e políticos. Essas representações moldam o sofrimento como uma forma de experiência social, como algo que é aprendido, compartilhado e, pode ser, contradito. Assim, o que representamos e como nós representamos prefiguram o que será ou não feito para intervir (Kleinman, Das e Lock, 1997).

Destarte, o sofrimento hoje é uma linguagem do presente, uma “economia moral”. Nos termos de Fassin (2015), a economia moral se refere à produção, circulação e apropriação de valores e afetos em relação a um determinado problema social que, conseqüentemente, caracteriza um momento histórico particular e um mundo social específico a maneira que esse problema é constituído e entendido coletivamente. Os valores e afetos definem “sentimentos morais” de um humanitarismo que direciona nossa atenção ao sofrimento dos outros, principalmente dos mais vulneráveis, e nos fazem querer remediá-lo. Tais sentimentos se tornaram uma força essencial na política contemporânea, pois sustentam discursos e legitimam práticas.

O sofrimento na universidade evidencia não só as pressões, contradições e impasses da vida universitária, mas também a metamorfose estrutural da sociedade. Entendo aqui que o sofrimento psíquico no ambiente universitário envolve dimensões individuais, socioestruturais, coletivas e institucionais, assim como argumentado por Leão, Ianni, Goto (2019a, 2019b). Ao longo deste projeto ao tratar de sofrimento psíquico não me refiro apenas à transtornos mentais, isto é, às categorizações biomédicas e psicopatológicas, mas também ao conjunto diverso de reações de mal-estar, sofrimento, adoecimento, tristeza, aflição, dor, desconforto, estresse, angústia, tensão e afins diante de algum evento, situação, contexto que o sujeito possa se defrontar durante certo momento de vida. Sua intensidade varia desde uma simples preocupação até um mal-estar intenso. Sendo assim, o sofrimento tanto pode estar relacionado a (a) trajetória pessoal: seja uma reação psicoemocional diante de algum evento ou contexto difíceis, diagnóstico psicopatológico e afins; (b) questões coletivas envolvendo os diversos marcadores sociais da diferença (raça, classe, gênero, sexualidade, dentre outros) que fazem a intermediação subjetiva entre o individual e o coletivo; (c) mudanças estruturais das condições de vida, de redistribuição econômica, de reconhecimentos culturais e históricos, do acesso à saúde, à moradia, à alimentação, à educação e toda uma série de efetivação de direitos; (d) pode estar relacionado diretamente ao contexto institucional universitário (global e nacional), da mercantilização e corporatização da universidade

pública, precarização das condições de trabalho e pesquisa, cortes sistemáticos de recursos, falta e inefetividade de políticas de permanência e de saúde mental, dentre outras problemáticas.

Na realidade social, como salienta Fraser (2001), toda luta por justiça social implica duplamente demandas por mudança cultural e por mudanças econômicas, isto é, demandas por reconhecimento (Honneth, 2015) e por redistribuição econômica. Ambas estão enraizadas em processos e práticas que sistematicamente prejudicam alguns grupos em detrimento de outros. Ninguém é integrante de uma coletividade apenas, os tipos de injustiça cruzam-se de modos que afetam diferentes interesses políticos. Violência, discriminação e sofrimento, em articulação com demandas por direitos, são temas organizacionais de produção de subjetividades e ação política dos movimentos feministas, negros, LGBTQs contemporâneos. Nos últimos anos, os marcadores sociais da diferença se tornaram centrais no debate político nacional (Moutinho, Almeida e Simões, 2020). Se por um lado, observa-se na última década que um processo significativo de democratização dos campi nacionais está em curso, principalmente quando olhamos para marcadores sociais da diferença como raça, gênero e classe; por outro, isso não pode ser dissociado de questões que envolvam a permanência na universidade, sendo a saúde mental uma delas.

Os marcadores sociais da diferença (Cancela, Moutinho e Simões, 2015; Saggese, Marini, Lorenzo, Simões e Cancela, 2018) referem-se à abordagem interseccional que provém do feminismo negro estadunidense (Collins, 2019; Lorde, 2019). Davis (2018) defende que a interseccionalidade é um projeto político e interdisciplinar em defesa a uma perspectiva sobre as experiências singulares de se viver como mulher negra, de seu compartilhamento de perspectivas comuns. Contudo, o grande diferencial é que tal ferramenta não se restringe aos marcadores de raça e gênero, sempre leva em conta a grande variedade e pluralidade de outros marcadores sociais, como os de classe, nacionalidade, religião, idade e orientação sexual, marcadores que acabam moldando vidas individuais. Essas marcações sociais da diferença não estão completamente isoladas, nem constituem distintos reinos de experiência, mas existem “em” e “através” da relação que constituem entre si (McClintock, 2010).

Como aponta Moore (2000), é fundamental não escorregar numa discussão que implique que os marcadores sociais sejam imbricados apenas para os indivíduos que são designados como Outros, como aqueles que estão fora da hegemonia de poder, tratando a interseccionalidade como mero dispositivo de proliferação de “outros”. Ao contrário disso, a experiência dominante do gênero para as pessoas brancas, por exemplo, está profundamente racializada, pois sua raça é ao mesmo tempo uma categoria não marcada

e construída em contra-distinção a outras identidades de raça, como advoga Moutinho (2004), classe no Brasil também é o modo pelo qual a raça é vivida.

Como advogam Ecclestone e Brunila (2015), o entendimento contemporâneo de justiça social reflete um longo interesse nas dimensões psicoemocionais da iniquidade social e a necessidade de respostas informadas coletiva e politicamente. Tal luta por justiça almeja expor e falar dos efeitos e causas psicoemocionais da iniquidade como uma fonte chave do reconhecimento. Da mesma forma, o suicídio e sua prevenção também são questões vitais para a justiça social. Tal abordagem enfatiza, para Button e Marsh (2020), que precisamos desenvolver um entendimento sobre as formas pelas quais processos socioestruturais criam condições duradoras que geram e consolidam mais fatores de risco ao suicídio mais para algumas pessoas do que outras, segundo seus marcadores sociais. Promover justiça dentro do contexto da prevenção de suicídio significa prevenir os processos sociais e as condições estruturais que interagem com os fatores pessoais psicológicos que aumentam a ideação suicida, tentativas e mortes. É reconhecer o suicídio enquanto uma questão multifacetada e composta pelos marcadores sociais, fatores e atravessamentos culturais, econômicos, biológicos, psicológico, políticos e outros (Navasconi, 2019).

### **Um Breve Histórico da Adoção de Políticas Afirmativas na Universidade de São Paulo**

Carlotto (2021) aponta que a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, foi marcada pela tentativa de reunir faculdades isoladas a uma faculdade nova, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), de caráter eminentemente científico, cuja função deveria ser integradora das demais. Desse modo, a criação da USP representou um marco decisivo no cenário do ensino superior nacional por ter conseguido, pela primeira vez, dar dinamismo e organicidade para uma faculdade propriamente científica, capaz de impulsionar a institucionalização da pesquisa nacional, e que tornou-se o principal modelo para as demais instituições universitárias do país.

Segundo Piotto (2014), a Educação Superior no Brasil é caracterizada pela restrição. Antes mesmo do ciclo neoliberal dos anos 1990, o país experimentou, ainda nos anos 1970, um processo de privatização da educação superior que definiu o perfil essencialmente privado do nosso sistema de ensino superior desde então. Ao final da década de 1980, 77% das instituições que ofertavam ensino superior no país eram privadas e só 23% públicas. Portanto, a primazia do setor privado já era evidente no início da década de 1980 (Carlotto, 2021).

A existência prolongada de desvantagens dos estudantes negros quando comparados aos estudantes brancos, em especial no ensino superior, e a mobilização em prol da criação de cotas para negros nas universidades públicas brasileiras, foram importantes para que fossem criadas políticas de ação afirmativa na educação, como a Lei das Cotas, lei nº 12.711 de 2012. A ampliação de acesso ao ensino superior público tem resultado em um aumento proporcional de estudantes negros constituindo, assim, uma mudança institucional importante, pois passou a garantir a esse segmento o acesso a oportunidades sociais que antes lhe eram restritas e inexistentes (Barreto, 2015). Contudo, como alerta Carlotto (2021), a expansão do ensino superior é inseparável do processo de diversificação institucional. Como demonstram as pesquisas de Bourdieu sobre o sistema francês, a relação entre expansão e diversificação institucional também apontam para o aumento das desigualdades internas do sistema de ensino superior. Em nosso caso, a expansão foi liderada pelo setor privado em particular por faculdades isoladas e com finalidade de lucro. Atualmente, mais de 77% das matrículas de graduação são realizadas em instituições privadas (INEP, 2022).

Desde o ano de 1995, a Universidade de São Paulo vinha discutindo a necessidade de medidas que visassem à criação de um sistema para a ampliação de estudantes negros e de baixa renda. Apenas onze anos mais tarde e muitos embates e disputas, a USP, em 2006, ao invés das cotas raciais, estabelece um sistema de bonificação com critérios socioeconômicos, o Programa de Inclusão Social da USP (Inclusp). No contexto da promulgação da Lei das Cotas, na USP se desencadeou uma discussão a respeito da possibilidade de adoção de cotas em seus vestibulares. Contudo, optou-se por implementar mudanças em seu sistema preexistente, assim, novas alterações são feitas no Inclusp (Piotto e Nogueira, 2013). Portanto, entre a possibilidade de adotar um modelo de cotas étnico-raciais, a USP preferiu dar sequência ao seu projeto político de cotas sociais, presumindo ser o modelo mais de acordo com seus princípios de expansão universitária.

Apenas em 2015, a USP passa a aderir ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Embora tal adoção tenha sido uma mudança histórica na forma de ingresso, que nos últimos 40 anos era representada pela Fuvest, o modelo de inclusão adotado pela USP até então tinha como grande enfoque o aluno de escola pública, a questão étnico-racial foi parcial e deficientemente contemplada até então. Após um intenso engajamento de movimentos negros na USP e do Núcleo de Consciência Negra, em 2017, através das congregações das unidades e do Conselho Universitário, a USP introduziu as cotas raciais nos seus processos de seleção, Fuvest e Sisu. O sistema de cotas foi aplicado no edital da Fuvest em 2018, reservando cerca de 37% das vagas para alunos de escolas



públicas e desse valor 13,7% foram reservados para pretos, pardos e indígenas. Definiu-se que a cada ano a reserva de cotas irá aumentar até atingir a meta de 50% das vagas destinadas ao sistema de cotas em 2021.

Segundo Venturini (2021), o processo de formulação de políticas afirmativas e de mudança na admissão à pós-graduação fornece importantes insumos sobre a dinâmica institucional e processos de mudança em favor da redução das desigualdades<sup>6</sup>. A ação afirmativa afeta uma instituição diretamente; os programas de pós-graduação e seus processos de admissão têm o poder de influenciar quem irá se tornar pesquisador e docente. Em 2017, o programa de Antropologia Social (PPGAS-USP)<sup>7</sup> foi o primeiro a aprovar cotas raciais e para deficientes na FFLCH e na USP, nos anos seguintes outros programas da FFLCH desenvolveram e aprovaram propostas similares<sup>8</sup>.

Hoje, a FFLCH é a maior unidade de toda a USP, com cerca de 13 mil estudantes ativos de graduação e pós-graduação, 400 docentes, 300 funcionários, 11 departamentos distribuídos em 5 áreas de conhecimento: Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História e Letras (FFLCH, 2021). Como constatou Braga (2019), a FFLCH é a faculdade que possui a maior presença de homens e mulheres negras discentes de toda a USP. Em sua maioria, tais alunos estão cursando no período noturno, o que indica uma relação entre trabalho e estudo.

## **A Institucionalização da Pesquisa no Ensino Superior Brasileiro**

Em 1976, é criado o programa de avaliação de pós-graduação pela CAPES com os intuitos gerais de criar um sistema permanente de informações sobre a pós-graduação brasileira, regular sua expansão, credenciamento de cursos e orientar investimento das agências federais (Patrus, Shigaki, Dantas, 2018). Contudo, foi apenas a partir de 1980 que a sistemática de avaliação da pós-graduação se firmou no país, tornando-se o centro das preocupações (Furtado, Hostins, 2014). Na década de 1990, fortemente influenciada pelo *Pacto de Bolonha*<sup>9</sup> e pela tendência norte-americana “*publique ou pereça*”<sup>10</sup>, a

---

<sup>6</sup> Alguns programas de pós-graduação consideraram os obstáculos enfrentados por grupos vulneráveis no acesso à pós-graduação durante a formulação de sua política afirmativa e alteraram seus processos de admissão. A área de conhecimento do programa influencia o grau de mudança. As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas tornaram-se mais diversas do que as chamadas áreas “duras” (Venturini, 2021).

<sup>7</sup> Segundo o levantamento da autora, o PPGAS-USP apresenta o maior grau de mudança no exame de admissão. O programa alterou totalmente seus editais de seleção, reservou vagas para pretos, pardos e pessoas com deficiência e criou vagas adicionais para indígenas. (Venturini, 2021).

<sup>8</sup> Resolução Normativa de Adoção e Regulamentação da Política de Ações Afirmativas do PPGAS/USP - 01/2017. Disponível em: <<https://ppgas.fflch.usp.br/resolucao-normativa-de-adoacao-e-regulamentacao-da-politica-de-acoes-afirmativas-do-ppgasusp/>>

<sup>9</sup> O *Pacto de Bolonha* de 1999 foi um documento assinado por ministros da educação dos países da União Europeia que visava a realização de ações de reestruturação do ensino superior nesses países, com o objetivo principal de promover e elevar a competitividade nacional e internacional do sistema de ensino superior europeu (Reis, Blundi, Pinto e Silva, 2020).

<sup>10</sup> O “*publish or perish*” é um fenômeno que tem sua origem nos anos 1950, nos EUA. Tornou-se mundialmente conhecido pela expressão “publique ou pereça”, significando que professores/pesquisadores

CAPES estabelece mudanças nas sistemáticas de avaliação da pós-graduação, introduzindo indicadores que pudessem expressar os níveis de concorrência e competitividade entre os programas. É também nesse período que a CAPES passou a adotar um tempo médio de titulação de dois anos para o mestrado e quatro para o doutorado (Fávero, Consaltér e Tonieto, 2019).

Tal reestruturação afetou não somente as Instituições de Ensino Superior, como também os Coordenadores de Programas de Pós-Graduação, os docentes e os discentes, que passaram a ser sujeitados a se preocupar com índices, classificações, fatores de impacto, rankings, publicações e a lidar com situações que envolvem um grande grau de competição entre os programas e entre os próprios pós-graduandos (Reis *et al.*, 2020). Como pontuam Serafim, Junior e Dias (2022), o novo modelo estava mais voltado à regulação e controle do que um processo de avaliação que acompanhasse apenas a superação e o crescimento qualitativo dos programas. Conseqüentemente, tal modelo deslocou a centralidade da docência para a centralidade na pesquisa, fazendo com que a produção intelectual ganhasse grande importância como indicador avaliativo. Portanto, a prioridade central está em produzir ciência no sentido de participar de eventos científicos, emitir pareceres e elaborar artigos, pois é essa produção que passa a ser avaliada, julgada e que gera conhecimento “publicável” (Reis *et al.*, 2020).

Todavia, este não é um fenômeno nacional, como aponta Moreira (2009), nosso sistema de avaliação da pós-graduação se inscreve numa convergência das políticas educacionais que se promovem em diferentes países, com histórias, estruturas e tradições distintas. Uma convergência de princípios e tecnologias comuns, de mecanismos operacionais e de resultados semelhantes. Ao analisar o ensino superior inglês no final do século XX, Strathern (1999) argumenta que a educação encontra-se engolfada pela “cultura da avaliação” provinda do neoliberalismo, isto é, uma avaliação intensificada cujo o objeto de exame não é exatamente o desempenho acadêmico dos candidatos, mas da estrutura que viabiliza esse desempenho, as próprias instituições. Elas que estão sob escrutínio. A educação superior se juntou tardiamente às outras instituições públicas que, nas duas décadas do século XX, foram afetadas pela “medição da produtividade” e tudo que ela significa em termos de procedimentos administrativos e objetivos financeiros.

Dentro dessa lógica avaliativa, Sguissardi (2010) chama de “produtivismo acadêmico” o fenômeno derivado dos processos, oficiais ou não, de avaliação, de regulação e controle, que se caracteriza pela excessiva valorização da quantidade da

---

universitários que não publicassem de acordo com os parâmetros postos como ideais pelos órgãos financiadores, pela burocracia universitária ou pelo mercado, veriam sua carreira definir e extinguir-se (Sguissardi, 2010).

produção científico-acadêmica, tendendo a desconsiderar a sua qualidade. No caso brasileiro, o produtivismo acadêmico alimenta-se do e no processo de competição, seja entre universidades, programas de pós-graduação e docentes/pesquisadores. A proeminência a cada dia maior do produtivismo acadêmico segue a lógica do empresariamento e mercantilização, isto é, da transformação das universidades em empresas e corporações, nos seus moldes gerenciais. Tal modelo tem influenciado diretamente na organização interna dos programas de pós-graduação e na vida dos pesquisadores. Assim, o pesquisador, incorporando a lógica que se instaura, passa a ser gestor de si, tentando constantemente adaptar-se às múltiplas demandas da escrita acadêmica, prazos, disciplinas, publicações e afins (Reis *et al.*, 2020).

Se há um principal motor estruturante por trás das mudanças verificadas ao longo das últimas décadas, é o neoliberalismo. Entendo neoliberalismo nos termos de Dardot e Laval (2016) como uma racionalidade, que tem como principal característica a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. Longe de limitar-se à esfera econômica, tende à totalização por seu poder de integração de todas as dimensões da existência social. Assim, práticas discursivas e institucionais, no fim do século XX, engendraram a figura do “sujeito empresarial”<sup>11</sup>, um sujeito competitivo inteiramente imerso na competição generalizada.

Para Dias e Serafim (2015), a vitória ideológica do neoliberalismo trouxe uma importante mudança nas relações entre a universidade e a sociedade, sobretudo porque estas se tornaram mais facilmente permeáveis por valores atinentes ao mercado. Oliveira (2008) defende que há um ponto de inflexão entre a ascensão do neoliberalismo e o surto avaliatório nas universidades, um movimento em que as práticas de avaliação formais se multiplicaram, adquirindo um peso muito maior na vida acadêmica. Noções como “eficiência” e “produtividade”, embora conflitantes com a essência de boa parte das práticas acadêmicas, tornaram-se parâmetro de primeira ordem de importância. Segundo Gill (2009), a literatura sobre as mudanças estruturais na educação superior destaca a crescente corporatização e privatização da universidade como um fenômeno global, tendo como transformações: a importação de modelos corporativos de administração para a vida universitária e a reformulação da própria natureza da educação em termos instrumentais conectados aos negócios e à economia. A neoliberalização da Academia gerou sujeitos que precisam se automonitorar, serem flexíveis, criativos e internalizar novas formas de auditoria e cálculo.

## **O Sofrimento Psíquico no Cotidiano Universitário**

---

<sup>11</sup> Na literatura sobre neoliberalismo, tal termo por ser designado em diversas variações: sujeito empreendedor, empreendedor de si, empresa de si mesmo, indivíduo-empresa, dentre outras.

Um dos desenvolvimentos significativos do neoliberalismo na vida contemporânea, para Hamann (2012), está no gradativo embaralhamento, inversão ou mesmo eliminação das distinções tradicionais entre público e privado. Problemas antes considerados mazelas sociais transferiram-se para o domínio privado: pobreza, desemprego, falta de moradia, racismo, sexismo e heterossexismo. Todos foram reinterpretados como questões privadas que deveriam ser atendidas pelo cultivo de “sensibilidades” pessoais em relação aos outros ou mesmo fortalecendo a própria autoestima. Da mesma maneira, enfermidades e doenças são frequentemente consideradas como um problema de perda de receita, em vez de um efeito de um ambiente insalubre ou condições precárias. O discurso neoliberal fortalece as práticas de promoção da plena responsabilidade dos indivíduos pela sua própria saúde e bem-estar.

Em todas as esferas da sua existência, o sujeito empresarial é exposto a riscos vitais, dos quais ele não pode se esquivar, e a gestão desses riscos está ligada a decisões estritamente privadas. Ser empresa de si mesmo pressupõe viver inteiramente em risco, uma “insegurança ontológica” (Illouz, 2022). Gerando uma individualização radical que faz com que todas as formas de crise social sejam percebidas como crises individuais, todas desigualdades são atribuídas a uma responsabilidade individual, assim, transforma as causas externas em responsabilidades individuais e os problemas ligados ao sistema em fracassos pessoais. A distribuição dos recursos econômicos e das posições sociais é vista exclusivamente como consequência de percursos, bem-sucedidos ou não, de realização pessoal (Dardot e Laval, 2016).

Aqueles que fracassam em prosperar sob tais condições sociais não podem culpar ninguém, nem coisa nenhuma além de si mesmos, pois a racionalidade neoliberal permite que se evite qualquer tipo de responsabilidade coletiva, estrutural ou governamental pela vida (Hamann, 2012). Nesse sentido, no ambiente universitário, mesmo o desemprego estrutural e a precarização do trabalho, das condições de pesquisa e de ensino, a falta de oportunidade no mercado de trabalho depois da graduação ou pós-graduação, podem ser convertidas em culpa e responsabilidades individuais (Leão, Ianni e Goto, 2019a).

Algo que pude constatar na pesquisa anterior foi o grande volume de narrativas de graduandos em torno dos sentimentos de uma cobrança frequente e excessiva enquanto culpa e responsabilidade individuais. Falavam de uma forte cobrança por resultados, por produtividade, por desempenho acima da média. Sentimento esse que pode ser tanto infligido pela estrutura acadêmica, mas também por uma comparação constante entre o próprio corpo discente e, muitas vezes, uma comparação autoinfligida pela própria vivência nesse ambiente, como disse um interlocutor, é algo que contagia. A competição generalizada se apresenta de diferentes maneiras, seja pelo domínio de línguas

estrangeiras, conteúdos aprendidos, matrículas em matérias, oportunidades de estágio e intercâmbio, iniciações científicas, bolsas de auxílio e pesquisa, ranqueamento/habilitações (para os alunos de Letras), a maioria dessas coisas são baseadas no desempenho acadêmico individual, na média ponderada. Contudo, tal competitividade e cobrança generalizada não leva em conta as diferentes variáveis culturais, sociais e econômicas dos alunos, isto é, seus marcadores sociais da diferença, como se todos iniciassem a trajetória acadêmica em pé de igualdade.

Segundo Carlotto (2018), a USP - sendo a mais tradicional universidade de pesquisa brasileira - é um espaço socialmente hierarquizado. Como todo campo universitário, nos termos de Bourdieu, a estrutura de posições permite compreender as disputas essenciais que marcam a universidade ao longo de sua história. Bourdieu procurou demonstrar que a estrutura social do campo universitário, expressa nas hierarquias que afastam e aproximam as suas diferentes unidades de ensino e pesquisa segundo o padrão acadêmico e o perfil socioeconômico dos seus membros, dessa maneira, é importante contextualizar alguns dos estratos sociais caracterizantes da FFLCH, sendo isso também fundamental para entendermos o sofrimento expresso por seus discentes.

Um levantamento feito, em 2020, pelo Programa de Educação Tutorial das Ciências Sociais da USP traçou o perfil das/dos ingressantes no curso entre 2006 e 2019. Constatou-se que nesse período de treze anos, houve uma queda significativa do percentual de homens brancos, que era até então o grupo majoritário de ingressantes no curso, foram de 51% para 31%. Em seguida, as mulheres brancas, embora variando ao longo do período, permaneceram sendo 36% das ingressantes. Assim, homens e mulheres brancos foram de 87% dos ingressantes para 67% em treze anos. Já homens e mulheres autodeclarados negros e pardos deixaram de representar apenas 13% dos ingressantes em 2006 para se tornar 32% em 2019. Houve uma notável diminuição das distâncias entre os grupos caracterizados por raça a partir de 2011, homens brancos deixaram de ser hegemonia demográfica do curso a partir de 2016, quando mulheres brancas se tornaram o maior grupo. O grupo feminino de autodeclaradas negras e pardas só passou a apresentar crescimento significativo após a adoção das políticas afirmativas, de 2016 para 2017 deixaram de ser 9% das ingressantes para se tornar 20%. Vale lembrar aqui a constatação de Braga (2019) que a FFLCH é a faculdade que possui a maior presença de homens e mulheres negras discentes de toda a USP.

De forma semelhante, a composição das/dos ingressantes em relação à renda familiar mensal se alterou de forma significativa no período trabalhado<sup>12</sup>. Se durante 2006

---

<sup>12</sup> Ciências Sociais era um dos cursos da USP que tinha uma das maiores per capita por aluno.

a 2016 a categoria com maior renda familiar (entre 5 a mais de 10 salários mínimos) era a mais numerosa e a menor renda (até 5 salários mínimos) era a menos numerosa, em 2018, após adoção das políticas afirmativas, o grupo com a maior faixa de renda-se torna o menor de todos, fazendo subir o grupo de menor renda subir (até 2 salários mínimos), contudo os grupos médios (entre 2 e 5 salários mínimos) se tornam os mais numerosos (Moisés, Garcia *et al.*, 2020).

Os dados apresentados acima sobre as transformações demográficas dos ingressantes em relação a gênero, raça e classe nos últimos anos apontam para a necessidade de se levar em conta os marcadores sociais da diferença para se contrapor a ilusão de que todos iniciam a trajetória acadêmica em pé de igualdade. Durante a pesquisa anterior, muitos alunos provenientes do ensino básico público apresentaram a queixa de uma sensação crônica de inferioridade e de insuficiência que os fazem sentir constantemente deslocados no âmbito acadêmico, como se não merecessem ocupar aquele espaço. Como demonstram Bourdieu e Passeron (2014) em seu estudo do ensino superior francês, as desigualdades sociais se manifestam não apenas no acesso ao ensino superior, mas nas escolhas entre diferentes percursos acadêmicos, pois as oportunidades objetivas de cada grupo social condicionam a experiência dos atores, configuram suas esperanças subjetivas e suas escolhas concretas, fazendo com que contribuam, mesmo sem ter consciência disso, para a realização de uma trajetória acadêmica e social próxima de seu perfil social (Macedo, 2019).

As vantagens e desvantagens ligadas à origem tenderiam a se apresentar de modo articulado. Na pesquisa, isso se demonstrou pelo tipo de instituição cursada no ensino básico, a escolaridade e a ocupação dos pais, ser a primeira geração de sua família a entrar numa universidade pública, o curso escolhido, a forma de ingresso, o uso de políticas afirmativas, a necessidade de bolsas de apoio/auxílio, morar ou não na moradia estudantil, ter feito ou não uma iniciação científica, trabalhar ou não na área de formação, ser pesquisador-bolsista. São chances diferenciadas de acesso a oportunidades culturais e acadêmicas. Tudo isso representa diferentes posicionamentos no espaço social, “estilos de vida” e gostos de classe (Bourdieu, 2013), na universidade e na sociedade como um todo. As desigualdades sociais, nas as intrincadas maneiras que o machismo, o racismo, a LGBTfobia se intersectam nas estruturas universitárias, vão se convertendo e se acumulando como desigualdades acadêmicas, que podem muitas vezes serem experimentadas como problemas individuais, assim, podendo ser convertidas em culpa e responsabilidades individuais.

Leão, Ianni e Goti (2019a; 2019b) apontam que, no ambiente universitário, quando crises produzidas, social e institucionalmente, são percebidas como crises individuais, não

são considerados os efeitos adoecedores do próprio ambiente e das práticas institucionais, seja os eventuais desafios acadêmicos, as violências simbólicas e físicas, as insuficiências das políticas de permanência etc. As respostas ao sofrimento, portanto, tendem a se organizar de forma individualizada e aquém da complexidade do fenômeno. Em linhas gerais, as estratégias institucionais de promoção de saúde mental na USP podem ser agrupadas em duas macro-estratégias: clínico-terapêuticas e de educação em saúde. Primeiro, quem adoece é encaminhado à clínica individual dos serviços de saúde mental ligados à universidade<sup>13</sup>, para depois retornar às engrenagens da máquina que o adoeceu e que permanece intocada. Sofre quem não é resiliente o bastante, quem não se organizou adequadamente, quem não sabe como estudar etc. Afastando, assim, a análise de eventuais fatores supra-individuais que possam estar ligados à experiência de sofrimento expresso neste ambiente em específico. Aubrecht (2019), olhando para o contexto universitário canadense, afirma que, ao invés de um ponto fora da norma, o sofrimento psíquico é apresentado pelos serviços universitários como algo ordinário e até esperado, como uma realidade afortunada da vida cotidiana na universidade neoliberal. Nesse contexto, as linhas divisórias entre o sucesso e a sobrevivência se tornam borradas.

A hegemonia das estratégias clínicas demonstram o entendimento de que a saúde mental é um monopólio clínico-terapêutico<sup>14</sup>, majoritariamente individual, e que demanda esforços de normatização. Por outro lado, não é necessariamente mais saúde mental que se produz com educação em saúde mental, mas possivelmente maior resiliência e adaptabilidade a uma lógica de ensino adoecedora. Adquire-se instrumentos não para promover saúde mental, mas para melhor navegar o campo minado do ambiente acadêmico e suas exigências de desempenho e produtivismo acadêmicos. O viés da autoadministração implicado nesses serviços oferecidos, transforma a experiência do sofrimento em um objeto administrativo<sup>15</sup>, não se pergunta o porquê do sofrimento ou

---

<sup>13</sup> Durante a pesquisa anterior, pude constatar que apesar desta ser a lógica institucional mais aplicada no trato do sofrimento psíquico, muitos estudantes nunca tinham procurado nenhum dos serviços oferecidos pela universidade, grande parte deles nem sabiam da existência desses ofertados. Em parte, isso aponta a falta de visibilidade e divulgação que a própria instituição faz de seus recursos. Os alunos não possuem informações suficientes nem sobre a qual desses serviços recorrer.

<sup>14</sup> A “Rede Não Cala” aparece como uma alternativa e contraposição às estratégias institucionais. A Rede foi composta em abril de 2015 por professoras e pesquisadoras de diferentes institutos da USP em oposição à violência institucional, tendo como principal foco dar às vítimas um suporte que elas não encontraram na Universidade. Desse modo, advogam com e pelas pessoas que sofreram violências no contexto universitário, para, a partir disso, desenvolver ações comunicativas e pedagógicas, e também aprimorar os mecanismos administrativos de denúncia (Almeida, 2019b; Cruz *et al.*, 2018), levando em conta os fatores supra-individuais que possam estar ligados à experiência de sofrimento expresso na universidade.

<sup>15</sup> Vale destacar que até a nomeação dos serviços de saúde mental apresenta esse viés administrativo e empresarial, como o Escritório de Saúde Mental, um serviço de apoio clínico emergencial criado originalmente como resposta aos adoecimentos discentes. A própria ideia de Escritório não só remete a uma figura empresarial como também destoa dos outros serviços oferecidos pela USP, pois não está diretamente vinculado ao Instituto de Psicologia ou aos Hospitais, mas está vinculado diretamente à Pró-Reitoria de Graduação.

sobre seu contexto social de emergência, mas busca dar respostas organizativas a ele.

O conceito de resiliência domina os atuais programas e serviços oferecidos pela universidade. Tal conceito também oferece uma forma de racionalizar as dificuldades, os afastamentos e a própria remoção de estudantes. Servindo de medida para o pertencimento: a Universidade não pode ser a casa daqueles estudantes que enfrentam dificuldades mas não se recuperam, não se adaptam. Uma análise crítica da resiliência nos programas e serviços universitários podem nos mostrar como universidades racionalizam o desaparecimento e a remoção daqueles que “não-pertencem” (Aubrecht, 2016). Vemos nisso a materialização da gramática neoliberal do sofrimento psíquico, na qual apenas o indivíduo que sofre e, por mérito próprio, deve superar o sofrimento por aprimoramento pessoais. Tal gramática, por um lado, transfigura riscos e contradições sociais em fracassos e culpa pessoal; por outro, naturaliza estas mesmas contradições e as descola de seu contexto sociopolítico. Na medida em que as contradições sociais são sentidas como culpa ou responsabilidade individual, a resposta se torna também mais subjetiva e menos política. Consequentemente, isto as retira das possibilidades de disputa política destas contradições (Leão, Ianni e Goti, 2019a; 2019b).

Mais da metade dos participantes da pesquisa anterior já recebeu algum diagnóstico psicopatológico. Tal número elevado é comum nas pesquisas sobre sofrimento psíquico na universidade. Nacional e internacionalmente, verifica-se a prevalência de problemas de saúde mental entre graduandos e pós-graduandos (Stock e Levine, 2016; Auerbach *et al.*, 2018; Gaiotto *et al.*, 2021). Os acompanhamentos terapêuticos mais recorridos são a psicoterapia e a análise psicanalítica. Tais recursos provêm da rede privada de serviços envolvendo saúde mental. Embora tenha um grande número de diagnósticos psicopatológicos, o acompanhamento terapêutico nem sempre é acessado, provavelmente, pelos custos elevados na rede privada e a demanda elevada que não consegue atendimento na rede pública. Portanto, isso nos mostra que a problemática não é falta de demanda, mas a junção da falta de informações e divulgação dos serviços oferecidos pela USP, da falta de vagas nos atendimentos, atendimento estritamente pontual e emergencial, serviços tidos como inefetivos e que podem contribuir para a piora da situação do aluno. Fazendo que os discentes só vejam na rede privada a possibilidade de um apoio efetivo e continuado<sup>16</sup>.

### **Condições Precárias: a distribuição desigual de sofrimentos e de cuidados**

Em contraposição a individualização radical proposta pelo neoliberalismo, podemos

---

<sup>16</sup> Isso é referente àqueles que possuem as condições financeiras necessárias para continuar o tratamento na rede privada. Um dos questionamentos deste projeto é sobre os outros motivos que podem levar ao estudante a não procurar apoio psicológico, seja na rede pública ou privada.



entender a distribuição desigual de sofrimentos em termos estruturais e coletivos pelos conceitos de precariedade e condição precária. A precariedade, para Butler (2015; 2018; 2019; 2021), tem de ser compreendida como uma condição generalizada: todas vidas são, por definição, precárias, pois podem ser eliminadas e sua persistência não está garantida. A vida sempre surge e é sustentada dentro de determinadas condições que a dão suporte. Não há vida sem a dependência de redes mais amplas de apoio, cuidado, sociabilidade e trabalho.

Contudo, há uma distribuição diferencial de precariedade, uma condição de precariedade. Tal distribuição diferencial é uma questão material e perceptual, visto que tais vidas não são “consideradas” potencialmente valiosas e, assim, são obrigadas a suportar uma exposição diferenciada à violência, isto é, sob determinados regimes de poder, alguns grupos são visados mais prontamente que outros. A condição precária também pode implicar numa mudança da realidade psíquica, num aumento relativo da sensação de ser descartável ou dispensável que se distribui proporcionalmente à condição precária. Tal processo pode envolver um aumento de ansiedade em relação ao próprio futuro e em relação àqueles que podem depender dessa pessoa (Berlant, 2011).

Quanto mais socialmente isolada, mais a pessoa se torna e se sente precária. Como defende Ahmed (2022), quanto mais precária for a sua situação, menor o apoio oferecido. Ser pobre, ser negra/o, ser mulher, ser não-heterossexual, dentre outros marcadores, colocam sua vida em risco. Sua saúde é comprometida quando você não tem acesso a recursos que possam dar suporte à vida em todas as suas contingências. Um sistema de saúde é também um sistema de suporte. Sendo assim, é necessário ressaltar a participação dos marcadores sociais da diferença na formação do adoecimento psíquico enquanto configuradores de pontos identitários de maior vulnerabilidade a certos estressores no processo de subjetivação gendrado segundo o gênero, a raça, a classe e a sexualidade que cada indivíduo é posicionado. Isto é, a cultura participa na configuração dos sintomas, aos quais atribui legitimidade expressiva no processo de engendramento do sofrimento estabelecendo diferentes formas e fatores (Zanello, 2017).

No sentido contrário ao discurso neoliberal, no qual você se torna responsável pela degradação de sua saúde, pelo próprio fracasso em cuidar melhor de si, o cuidado no cotidiano toma forma e é experienciado através de relações concretas tecidas em arranjos sociais desiguais, que apontam como forças políticas e econômicas se realizam na vida cotidiana dos sujeitos (Han, 2012). Os cuidados que se estabelecem em determinado espaço, neste caso o da universidade, indicam as maneiras com que os macroprocessos políticos, econômicos e institucionais se traduzem em microdinâmicas sociais cotidianas (Epele, 2012).

## Considerações Finais

Historicamente, o ensino superior brasileiro foi marcado por um alto grau de privatização. Como parte de um complexo projeto político, as vagas nas universidades públicas acabavam se destinando majoritariamente aos jovens brancos das classes médias e altas. Isso só começou a se alterar recentemente com a institucionalização das políticas afirmativas em 2012, que vem promovendo uma mudança demográfica significativa no acesso ao ensino superior público. Contudo, não basta garantir o acesso, a permanência tem sido central na efetivação das políticas afirmativas. A saúde mental é parte integral da permanência, parte esta que nem sempre é reconhecida dessa forma.

Cada indivíduo tem uma história pessoal, e é na intersecção dessa história com situações, discursos e identidades coletivas que reside a relação entre o coletivo e o indivíduo. Em relação aos marcadores sociais, não há uma lista compreensiva dessas diferenças. De um ponto de vista analítico e político, elas devem ser especificadas no contexto e nunca supostas de antemão (Moore, 2000). Quando nos voltamos para as narrativas de adoecimento psíquico dentro e fora do contexto universitário, estamos tratando, sobretudo, da condição de precariedade, da condição de estar sempre condicionado ao outro, de como a vida surge e é sustentada por meio da dependência de uma série de redes sociais e dentro de condições determinadas. Estar condicionado ao outro implica posicionamentos desiguais nas relações de poder que podem estabelecer certas vidas como mais valiosas, certos sofrimentos como legítimos ou não. Consequentemente, como sofrimentos advindos do machismo, racismo, LGBTfobia e desigualdade social são tidos como legítimos ou não no âmbito universitário, pois tais sofrimentos se intersectam nas estruturas universitárias e vão se convertendo e se acumulando como desigualdades acadêmicas, que podem muitas vezes serem experimentadas como problemas individuais.

Em contraposição a isso, precisamos nos perguntar dos motivos, causas e contextos do sofrimento em nosso meio, das dimensões psicoemocionais das iniquidades sociais e a necessidade de respostas informadas coletiva e politicamente. Considerando os efeitos adoecedores do ambiente e das práticas institucionais, dos desafios do fazer acadêmico e das insuficiências das políticas de permanência e de saúde mental. É necessário estabelecer uma outra gramática do sofrimento psíquico na universidade, uma que não jogue para os alunos os riscos e as contradições socioestruturais como responsabilidades, fracassos e culpas individuais, os descolando de seu contexto sociopolítico e institucional.

Não podemos olhar para o sofrimento psíquico no meio universitário apenas como uma condição generalizada da precarização constante que o meio acadêmico está

submetido na conjuntura atual. Por mais que todo aluno possa estar condicionado a sofrer em decorrência das relações estabelecidas dentro e fora da universidade, tal sofrimento não é vivido da mesma maneira, não é reconhecido da mesma maneira e, portanto, não impacta a todos da mesma maneira. Nosso sofrimento está sempre condicionado pelos atravessamentos característicos dos posicionamentos dinâmicos que assumimos e somos levados a assumir no espaço social.

Um fenômeno tão complexo e tão urgente como este demanda reflexões para além dos indivíduos. Precisamos olhar para as engrenagens institucionais, para os fatores supra-individuais. E, acima de tudo, precisamos de respostas coletivamente organizadas e transformações institucionais que realmente levem em conta as experiências diversas e distintas dos discentes.

### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Heloisa Buarque. "Violence sexuelle et de genre à l'université: du secret à la bataille pour la reconnaissance". Brésil(s). Sciences humaines et sociales, 2019.
- ALMEIDA, Heloisa Buarque; MARACHINI, Laís Ambiel. De médico e de monstro: disputas em torno das categorias de violência sexual no caso Abdelmassih. Cad. Pagu, Campinas, n. 50, 2017.
- AHMED, Sara. Viver uma vida feminista. São Paulo: Editora UBU, 2022.
- AUBRECHT, Katie. Psy-Times: The Psycho-Politics of Resilience in University Student Life. Intersectionalities: A Global Journal of Social Work Analysis, 5(2), 2016.
- \_\_\_\_\_. The 'Nothing But': University Student Mental Health and the Hidden Curriculum of Academic Success. Canadian Journal of Disability Studies, 8(4), 2019.
- AUERBACH, Randy. et al. WHO World Mental Health Surveys International College Student Project: Prevalence and distribution of mental disorders. J. Abnorm. Psychol., Washington, DC, v. 127, n. 7, 2018.
- BASSO, Murilo. Risco de suicídio entre alunos de medicina exige cuidados. Gazeta do Povo, Paraná, 14 de jul. de 2017. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/risco-de-suicidio-entre-alunos-de-medicina-exige-cuidados-9t2e1rd3d1xaa08dazbq2rbk9/>>. Acesso em: 10 de dez. de 2019.
- BERLANT, Lauren. Cruel Optimism. New York: Duke University Press, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. Capital Simbólico e Classes Sociais. Novos estudos - CEBRAP, 96, 2013.
- \_\_\_\_\_; PASSERON, Jean-Claude. Os herdeiros: os estudantes e a cultura. Editora UFSC: Florianópolis, 2014.
- BRAGA, Tuwile J. K. A territorialidade do corpo negro na USP. 2019. 134f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, SP, 2019.
- BUTLER, Judith. Quadros de Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- \_\_\_\_\_. A Vida Psíquica do Poder. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.
- \_\_\_\_\_. Corpos em Aliança e a Política das Ruas. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2018.
- \_\_\_\_\_. Vidas Precárias. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.
- \_\_\_\_\_. A força da não-violência. São Paulo, Boitempo, 2021.
- BUTTON, Mark; MARSH, Ian. "Introduction". In: BUTTON, Mark; MARSH, Ian (orgs). Suicide and Social Justice. New York, Routledge, 2020.
- CAMARGO, Roberta. Estudante vítima de racismo comete suicídio dentro da USP. Alma Preta Jornalismo Preto e Livre, São Paulo, 1 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/estudante-vitima-de-racismo-comete-suicidio-dentro-da-usp/>>. Acesso em: 25 de ago. de 2021.
- CANCELA; MOUTINHO; SIMÕES (orgs). Raça, etnicidade, sexualidade e gênero. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2015.
- CARLOTTO, Maria. A Universidade Vista "A Certa Distância": a estrutura social da USP e sua representação simbólica. Política & Sociedade - Revista de Sociologia Política, v. 17, n. 38, 2018.
- \_\_\_\_\_. O campo brasileiro de ensino superior em perspectiva estrutural: tendências históricas e contemporâneas. Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Da UNIFESP, v. 10, n. 1, 2021.
- CARTA CAPITAL. Casos de suicídio e depressão deixam universidades em alerta. Carta Capital, São Paulo, 23 de set. de 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/casos-de-suicidio-e-depressao-deixam-universidades-em-alerta>>. Acesso em: 10 de set. de 2020.
- COLLINS, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLUCCI, Cláudia. Medicina da USP se mobiliza após tentativas de suicídio. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12 de abril de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2017/04/1874794-medicina-da-usp-se-mobiliza-apos-tentativas-de-suicidio.shtml/>>. Acesso em: 10 de dez. de 2019.

CRUZ; ALMEIDA; D'OLIVEIRA; FREIRE DE ARAUJO LIMA; LAGO & MACHADO. "Don't Stay Silent: Network of Female Professors Against Gender Violence at University of São Paulo (USP)". *Annual Review of Critical Psychology*, v. 15, 2018.

DAS, Veena. *Vida e Palavras A Violência e sua Descida ao Ordinário São Paulo*: Editora da Unifesp, 2020.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DIAS, Rafael; SERAFIM, Milena. *Comentários sobre as transformações recentes na universidade pública brasileira. Avaliação*, v.20, n.2, 2015.

ECCLESTONE, Kathryn; BRUNILA, Kristiina. *Governing emotionally vulnerable subjects and "therapisation" of social justice. Pedagogy, Culture & Society*, v. 23, n. 4, 2015.

EPELE, María. *Sobre o cuidado de outros em contextos de pobreza, uso de drogas e marginalização. Mana*, v. 18, n. 2, 2012.

FASSIN, Didier. *Humanitarian reason. A moral history of the present*. Los Angeles: University of California Press, 2012

\_\_\_\_\_. "Governing Precarity". In: \_\_\_\_\_ (Ed.). *At the Heart of the State*. London: Pluto Press, 2015.

FÁVERO, Altair A.; CONSALTÉR, Evandro; TONIETO, Carina. *A avaliação da Pós-graduação e a sua relação com a produção científica. Eccos Revista Científica*, n. 51, 2019.

FLEMING, Peter. *Dark academia: how universities die*. London: Pluto Press, 2021.

FRASER, Nancy. *Da redistribuição ao reconhecimento?. In: SOUZA, Jessé (org.) Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora UnB, 2001.

FURTADO, H. L.; HOSTINS, R. C. L. *Avaliação da pós-graduação no Brasil. Revista de Educação PUC-Campinas*, n. 19, v. 1, 2014.

GAJOTTO, Emiliana. et al. *Síntese rápida para enfrentamento do sofrimento psíquico de universitários*. São Paulo: EEUSP, 2021.

GILL, Rosalind. *Breaking the silence: the hidden injuries of the neoliberal academia*. In: Flood, R. & Gill, R. (Eds.) *Secrecy and Silence in the Research Process: Feminist Reflections*. London: Routledge, 2009.

\_\_\_\_\_. *Beyond individualism: the psychosocial life of the neoliberal university*. In: Spooner, M. (Ed.), *A Critical Guide to Higher Education & the Politics of Evidence*. Canada: Uni. Regina Press, 2017.

HAMANN, Trent. *Neoliberalismo, governamentalidade e ética. Revista Ecológica*, n. 3, 2012.

HAN, Clara. *Life in Debt: Times of Care and Violence in Neoliberal Chile*. Uni. of California Press, 2012.

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados. Cad. Pagu*, n. 5, 1995.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2015.

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. *Introduction*. In: KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK. *Social Suffering*. University of California Press: Berkeley, 1997.

ILLOUZ, Eva. *The End of Love: A Sociology of Negative Relations*. United Kingdom: Polity, 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2020*. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/reas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>>. Acesso: 20 out. 2022.

LEÃO, T; IANNI, A; GOTO, C. *Individualização e Sofrimento Psíquico na Universidade: Entre a Clínica e a Empresa De Si. Revista Humanidades & Inovação*, v. 6, n. 9, 2019a.

\_\_\_\_\_. *Sofrimento psíquico e a universidade em tempos de crise estrutural. Revista EM PAUTA*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 14, 2019b.

LE BRETON, David. *Antropologia da Dor*. São Paulo: Editora FAP-UNIFESP, 2013.

LIMA, Kátia. *PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2011-2020: Desafios para a educação superior. Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS)*, Dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br>>. Acesso em 13 ago. 2019.

LIMA, Márcia. *Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 87,, 2010.

LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. São Paulo: Autêntica, 2019.

MACEDO, Renata M. *Escolhas possíveis: narrativas de classe e gênero no ensino superior privado. Tese (doutorado em Antropologia Social)*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MALUF, Sônia Weider. *Gênero, Saúde e Aflição: Políticas Públicas, Ativismo e Experiências Sociais In: MALUF; TORNQUIST (orgs.). Gênero, saúde e aflição*. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 2010.

MARTINS, Carlos Benedito. *As origens pós-graduação nacional (1960-1980)*. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 13, 2018.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

MOISÉS, Pedro; GARCIA, Sylvia et al. *Perfil das/os Ingressantes em Ciências Sociais da USP (2006-2019)*. *Primeiro Relatório. PET Ciências Sociais - USP, 2020*. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/u/3/d/1VhrhZwL8I\\_L6IR6kl-iEWNFNkF4G4bL/view?usp=sharing&fbclid=IwAR3Wc7dK-6rCTDcCeSh2K0pYtAcy4iR](https://drive.google.com/file/u/3/d/1VhrhZwL8I_L6IR6kl-iEWNFNkF4G4bL/view?usp=sharing&fbclid=IwAR3Wc7dK-6rCTDcCeSh2K0pYtAcy4iR)>

1ndw\_yd0i\_1QztcfBEMjsZQ8oT9w>. Acesso: 27 out. 2022

MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade. Cad. Pagu, Campinas, n. 14, 2000.

MOUTINHO, L. 'Raça', sexualidade e gênero na construção da identidade nacional. Cad. Pagu, n. 23, 2004.

MORAES, Fernando T. Suicídio de doutorando da USP levanta questões sobre saúde mental na pós. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27 de out. de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/10/1930625-suicidio-de-doutorando-da-usp-levanta-questoes-sobre-saude-mental-na-pos.shtml>>. Acesso em: 12 de set. de 2020.

MOREIRA, Antonio Flávio. A cultura da performatividade e a avaliação da Pós-Graduação em Educação no Brasil. Educação em Revista, v. 25, n. 3, 2009.

MOUTINHO, Laura; ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SIMÕES, Júlio Assis. Grammars of Damage and Suffering in Brazil Today. Vibrant, v. 17, 2020.

NAVASCONI, Paulo V. P. Vida, adoecimento e suicídio. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. A avaliação neoliberal na universidade e a responsabilidade social dos pesquisadores. Scientiae Studia, v. 6, n. 3, 2008.

PALHARES, Isabela. Suicídio de três estudantes nos últimos dois meses acende alerta na USP. Folha de S. Paulo, São Paulo, 3 de jun. de 2021. Disponível: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/06/suicidio-de-tres-estudantes-nos-ultimos-dois-meses-acende-alerta-na-usp.shtml>>. Acesso: 1 ago. de 2021.

PARREIRAS, Carolina. Vulnerabilidades, dilemas e dores: fragmentos de uma pesquisadora das/nas violências. Cadernos de Campo, v. 27, n. 1, 2018.

PATRUS, R.; SHIGAKI, H. B.; DANTAS, D. C.. Quem não conhece seu passado está condenado a repeti-lo. Cadernos EBAPE.BR, 16(4), 2018.

PIOTTO, Débora C. Estudantes das camadas populares na USP: encontros com a desigualdade social. In: PIOTTO (Org.). Camadas populares e universidades públicas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014.

\_\_\_\_\_; Nogueira, Maria A. Inclusão vista por dentro: a experiência via Inclusp. Educação, 36(3), 2013.

PIVA, Felipe Paes. O sofrimento psíquico de graduandos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP) durante a pandemia de covid-19: diálogos interseccionais sobre condições precárias e vulnerabilidades. Anais do V Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Campina Grande: Realize Editora, 2021a.

\_\_\_\_\_. O adoecimento psíquico de Graduandos da Faculdade De Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP): Diálogos interseccionais com a antropologia da saúde. VII RAMS - Reunião de Antropologia de Mato Grosso do Sul, 2021, Campo Grande. Anais do Evento VII RAMS, 2021b.

\_\_\_\_\_. As intermediações entre o coletivo e o individual no sofrimento psíquico de graduandos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP): diálogos antropológicos com campos da saúde mental. Anais da ReACT-Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia, v. 5, n. 5, 2022a.

\_\_\_\_\_. A racionalidade neoliberal como gestora e geradora do sofrimento psíquico universitário: uma análise interseccional do sofrimento psíquico na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP). 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2022, Curitiba. Anais da 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2022b.

REIS, Ana Carolina et al. O desmantelamento da ciência brasileira no deliberado corte de bolsas: aspectos políticos e consequências psicossociais para estudantes de pós-graduação. Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades, 8, 2020.

SAGGESE; MARINI; LORENZO; SIMÕES; CANCELA (orgs). Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2018.

SARTI, Cynthia. "Corpo e doença no trânsito de saberes. Rev. Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 74, 2010.

SGUISSARDI, Valdemar. Produtivismo acadêmico. In: OLIVEIRA; DUARTE; VIEIRA (org.). Dicionário de trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STOCK, Susan R.; LEVINE, Heidi. Common Mental Health Issues. New Directions for Students Services, n. 156. Wiley Periodicals, Inc. Winter 2016.

STRATHERN, Marilyn. "Melhorar a classificação" a avaliação no sistema universitário britânico. Novos Estudos, n. 53, 1999.

\_\_\_\_\_. O Gênero da Dádiva. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

UNEAFRO. Em Meio ao Racismo Institucional, Aluno Negro Tira a Própria Vida na USP. UneAfro Brasil, São Paulo, 28 de mai. de 2021. Disponível em: <<https://uneafrobrasil.org/em-meio-ao-racismo-institucional-aluno-negro-tira-a-propria-vida-na-usp/>>. Acesso em: 15 de ago. de 2021.

VIEIRA, Bianka. USP tem 4 suicídios em 2 meses e cria escritório de saúde mental para alunos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 01 de ago. de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/usp-tem-4-suicidios-em-2-meses-e-cria-escritorio-de-saude-mental-para-alunos.shtml>>. Acesso em: 12 de set. de 2020.

VENTURINI, Anna Carolina. Ação afirmativa em programas de pós-graduação no Brasil: padrões de mudança institucional. Revista de Administração Pública, v. 55, n. 6, 2021.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, Gênero e Interseccionalidades In: PEREIRA, Melissa de O et al. (orgs). Luta Antimanicomial e Feminismos: Discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017.